

# Partidos podem adiar votação do Orçamento

5 DEZ 1989

O colégio de líderes do Congresso Nacional decidiu, ontem, reabrir a discussão sobre os orçamentos federais de 1990, paralelamente aos trabalhos que vêm sendo realizados pela Comissão Mista. Acatando proposta do líder do PRN na Câmara, deputado Renan Calheiros (AL), os líderes dos partidos decidiram convocar uma reunião, em data a ser ainda marcada, com o presidente e o relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Eraldo Tinoco (PFL-BA). A idéia proposta pelo líder do PRN é a de suspender a votação dos orçamentos de 1990, elaborados pelo atual Governo. Vários deputados do PT, entre eles João Paulo Vasconcelos (MG) e Irmã Passoni (SP), mostraram-se simpáticos à proposta do PRN.

Em pronunciamento feito ontem durante sessão no Congresso, dentro do esforço concentrado, o deputado Renan Calheiros disse que os orçamentos de 1990 representam "o mais espúrio e sórdido golpe que se possa desfechar contra um futuro Governo e uma Nação que buscam a experiência da democracia". Para ele, o Congresso, recém-vestido de suas prerrogativas constitucionais, "não pode e não deve prestar-se a tão obscuro papel, de aprovar um orçamento recessivo e anacrônico, elaborado pelo Governo Sarney, para atar pés e mãos do próximo governo".

## Críticas

Calheiros também criticou as emendas feitas ao orçamento pela Comissão mista, que no entendimento do parlamentar superestimaram receitas e subestimaram despesas, criando créditos adicio-

nais equivalentes a US\$ 2,2 bilhões, em termos atuais, o que ele chamou de "uma festa para a execução de 187 projetos novos, no apagar das luzes do atual governo".

Disse o líder do PRN que a partir de 90 não se inicia apenas uma nova década, mas uma nova era, marcada pelo fim de uma triste trajetória no desenvolvimento brasileiro. Diante disto, afirmou ser "inaceitável e impatriótico querer impor ao próximo governo as peias e amarras matreiramente urdidas pelo seu antecessor, obrigá-lo a repetir o velho → quando as urnas o enviaram para inovar".

Segundo Calheiros, o PRN tem um programa de governo cuidadosamente elaborado e considera legítimo o direito de implementá-lo, livre da camisa-de-força que é a presente proposta orçamentária".

## Reedição

No entendimento do líder do PRN, "o projeto de lei do Orçamento de 1990, tal como nos chegou do Executivo, não trouxe nada a mais nem nada a menos do que uma reedição piorada das mesmas e iníquas prioridades que orientaram todo o Governo Sarney".

"Nesses orçamentos — afirmou Calheiros — 95% dos recursos estão alocados para a cobertura de despesas de custeio da máquina administrativa ou de rolagem da dívida externa e interna. E mais: 5% restantes, "boa parte está direcionada para obras de infra-estrutura que mais atendem aos interesses das grandes empreiteiras, do que propriamente a necessidades sociais. Uma proposta sempre recessiva, conservadora, marcada pela estreiteza de visão social".